

"LANÇAM UM OLHAR TORTO E PRECONCEITUOSO PARA A MAGRELA, ENUMERANDO MOTIVOS QUE IMPEDEM E DIFICULTAM SEU USO. INFINITOS SÃO OS ARTEFATOS CULTURAIS E DISCURSOS QUE AFASTAM AS PESSOAS DA BICICLETA."

**SHEILA HEMPKEMEYER - PSICÓLOGA E MESTRANDA EM EDUCAÇÃO**

**A BICICLETA COMO RESISTÊNCIA**

**PÁGINAS 4 E 5**

"NO DIA 17 DE MAIO DE 1990, A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE RETIROU A HOMOSSEXUALIDADE DO ROL DE ENFERMIDADES, SENDO UM DOS MAIS IMPORTANTES MARCOS PARA O AVANÇO NA CONQUISTA DE DIREITOS DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS E TRANSGÊNEROS."

**LENILSO SILVA - MEMBRO DO GRUPO GLBT LIBERDADE**

**LUTA CONTRA A HOMOFOBIA**

**PÁGINA 12**

"A PROFESSORA LÚCIA FAZIA PARTE DE UMA GERAÇÃO ESPECIAL DE PROFESSORES DA FURB... ELA INCORPOROU O ESPÍRITO DE INOVAÇÃO FURBIANO. FARÁ MUITA FALTA"

**MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PROFESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O ESPÍRITO DE LÚCIA**

**PÁGINA 16**

ARQUIVO



# QUANTO VALE UM PROFESSOR?

APÓS MAIS DE DOIS MESES EM GREVE, PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA RETORNAM AO TRABALHO SEM DEIXAR DE PRESSIONAR O GOVERNO SOBRE O PLANO DE CARREIRA

**PÁGINAS 6 E 7**

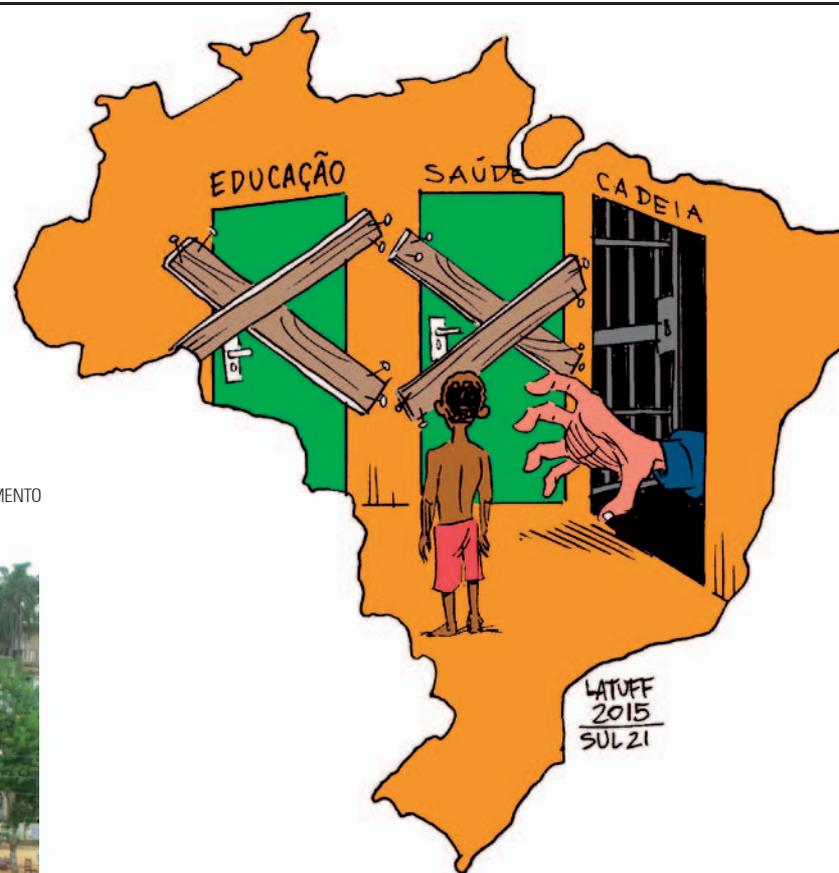
## A INVISIBILIDADE SOBRE AS ÁREAS DE POBREZA EM BLUMENAU

COMO A PRÁTICA ATINGE A CIDADE QUE TEM O MAIOR NÚMERO DE MORADORES DE FAVELAS DO ESTADO, SEGUNDO O IBGE

**PÁGINAS 8 E 9**



JANDYR NASCIMENTO



LATUFF  
2015  
SUL 21

## PELO AUMENTO DA MAIORIDADE PENAL

FRENTE PARLAMENTAR PELA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DE 18 PARA 16 ANOS, CRIADA EM 2011, CONTA COM APOIO DE MAIS DE 200 DEPUTADOS

**PÁGINA 15**

# FIES 3 – E A CRISE DO FINANCIAMENTO DO ESTADO

**O**s problemas com o financiamento das atividades do estado, estão estourando por todos os lados. Com um crescimento abaixo do nível do mar, as metas do superávit primário anunciadas em termos monetários são revistas a cada revisão da estimativa do PIB para esse ano, pois a meta é um % do PIB, e se esse é reduzido reduz também a meta fiscal em moeda. Na disputa ainda não terminada da aprovação de várias medidas provisórias, um governo e sua base aliada desorganizados querem se eximir de alguma espécie de “culpa” por traição daquilo que

propuseram até o ano passado de “avançar em conquistas”. O planejamento dos ministérios passa a partir dos cortes a toda sorte de mais desorganização, enquanto esperamos o resultado dessa disputa. A estratégia de produzir algum superávit transitório recebeu um apelido de “pedalada” fiscal. O atraso de pagamentos e transferências do estado na literatura já era conhecido como o “Efeito Bacha” que combinado em um ambiente de inflação reduzia o valor real das transferências ou pagamentos aos beneficiários quando esse não era corrigido por nenhum indexador, juros ou multa. Na prática até meados dos anos 90 um município atrasava pagamentos aplicando os recursos em aplicações de curto prazo e pagava com atraso seus fornecedores e com isso aumentava a receita financeira e reduzia a despesa real. Mas o efeito tinha seu viés, nas licitações as propostas concorrentes eram majoradas muito acima do mercado na expectativa de que o governo atrasaria o pagamento. Outro efeito era conhecido como “Efeito Tanzi” ou “Olivera-Tanzi” consistia na análise da perda da receita tributária real em função do intervalo existente entre o fato gerador e o pagamento do tributo. O governo

não só resolveu indexar todos os impostos como também cobrar antecipadamente alguns deles. Continua a se beneficiar do primeiro efeito e resolveu a sua desvantagem em relação ao segundo. As transferências do FIES às IES são na verdade pagamentos do setor público ao privado e alteram o resultado primário da meta. No entanto, as transferências do FIES para as únicas IES públicas que a recebem que são as municipais não alteram essa meta, pois são transferências intragovernamentais. As contas da FURB fazem parte do consolidado de todo o setor público. O atraso do recebimento no entanto impede a execução orçamentária do ente público fazendo que cada ponta dessa despesa pública seja represada. Até quando?

O Ministério da Educação um dos mais afetados pelos cortes – alguns desmentem isso – não sabe responder até onde o “faz de conta” das promessas do financiamento estudantil ainda pode se estender. Em um programa de entrevistas – [brasilianas.org](http://brasilianas.org) - transmitido no final de maio último, com Secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Claudio Costa; o presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo, Celso Napolitano; a presidente da União Nacional dos Es-

tudantes, Virgínia Barros; e o empreendedor e vice-presidente de desenvolvimento e expansão do Grupo Ser Educacional, Antonio Carbonari Netto. O debate além dos elogios ao programa no contexto do PNE. Compromisso com qualidade, expansão, etc. Mas foram feitas as acusações em relação ao desvirtuamento de que algumas IES com esse programa. A mesma história que já ouvimos. Ficamos com a impressão que realmente a burrice no Brasil tem um passado glorioso e um futuro promissor.

A FURB e as IES municipais devem conjuntamente se manifestar em relação a isso e saber o que o MEC realmente espera delas. Qual o papel dentro do PNE que lhe caberia? Novamente, não há leis específicas que as coloquem em um contexto específico. Ninguém gosta de crises, mas elas nos fazem pensar e achar soluções. Corremos porém um risco que é o de esquecer esse ambiente externo dinâmico e nos engalfinhar em disputas internas, onde queremos jogar o “sacrifício” do “aperto” para outro canto da universidade.

As incoerências de algumas convicções perante novos cenários entre o discurso e prática é uma armadilha. A reitoria terá que mostrar uma habilidade ainda não totalmente testada em evitar isso e procurar soluções também externas e políticas em relação a novos caminhos.

**“Ninguém gosta de crises, mas elas nos fazem pensar e achar soluções. Corremos porém um risco que é o de esquecer esse ambiente externo dinâmico e nos engalfinhar em disputas internas, onde queremos jogar o “sacrifício” do “aperto” para outro canto da universidade.**

**UM PLANO DE SAÚDE ESPECIAL PARA VOCÊ.**

O Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau - SINSEPEs, em parceria com a Extramed Administradora de Benefícios, disponibiliza um Plano de Saúde rigorosamente adequado às necessidades de seu perfil profissional, com a garantia da Sul América, uma das maiores e mais tradicionais Seguradoras do Brasil.

VÁRIAS OPÇÕES DE PLANOS<sup>1</sup>

SEM FRANQUIA OU COPARTICIPAÇÃO

ADESÃO OPCIONAL DE CÔNJUGE E FILHOS<sup>2</sup>

SEM TAXA DE ADESÃO

1. COM DIFERENTES PADRÕES DE REEMBOLSO, PERMITINDO A LIVRE ESCOLHA DO PRESTADOR  
2. FILHOS SOLTEIROS E SEM LIMITE DE IDADE

FAIXA ETÁRIA	EXATO (ENFERMARIA)	EXATO (APARTAMENTO)	BÁSICO 10 (APARTAMENTO)	CLÁSSICO	ESPECIAL 100	EXECUTIVO
0 a 18 anos	136,23	148,88	167,29	184,01	206,58	413,62
19 a 23 anos	213,25	233,05	261,86	288,05	347,84	696,45
24 a 28 anos	219,04	239,40	268,99	295,88	352,37	705,51
29 a 33 anos	222,73	243,43	273,51	300,86	366,17	733,14
34 a 38 anos	229,46	250,77	281,77	309,94	376,78	754,39
39 a 43 anos	232,61	254,21	285,63	314,19	382,23	765,29
44 a 48 anos	333,76	364,76	409,84	450,82	506,13	1.013,36
49 a 53 anos	338,91	370,39	416,17	457,79	643,22	1.287,88
54 a 58 anos	420,25	459,28	516,05	567,65	797,61	1.596,98
59 anos ou mais	817,35	893,28	1.003,68	1.104,05	1.239,49	2.481,70

Valores mensais em Reais. Tabela Válida até Agosto de 2015

Este produto possui aplicação de cobertura parcial temporária conforme resolução normativa da ANS.

**SAIBA OUTRAS VANTAGENS DO PLANO DE SAÚDE DA SULAMÉRICA**

- Opções de planos com diferentes padrões de reembolso, permitindo a livre escolha do prestador;
- Rede Sul América em todo o Brasil;
- Todos os planos com cobertura de obstetrícia;
- Reembolso das despesas cobertas até o limite do plano escolhido;
- Remissão de pagamento por morte do titular (3 anos – permanência de filhos até 24 anos);
- Possui análise para redução de carência de Operadoras Congêneres.

Conte com um plano completo e que atende a suas expectativas.

CONTATO | VENDAS PARA MAIS INFORMAÇÕES:

4007 2160 (Capitais e Região Metropolitana) / 0800 643 2080 (Demais Regiões)

[faleconosco@extramed.com.br](mailto:faleconosco@extramed.com.br)

**Endereço Matriz Extramed:**  
Rua Desembargador Clotário Portugal, 243, CEP: 80410-220 Curitiba / PR  
Tel.: 4007 2160 (Capitais e Região Metropolitana) | 0800 643 2080 (Demais Regiões)  
Fax: 41 3224.4346 | [faleconosco@extramed.com.br](mailto:faleconosco@extramed.com.br)  
[www.extramed.com.br](http://www.extramed.com.br)

**DUAS OPÇÕES DE PLANOS PARA VOCÊ SORRIR TRANQUILO.**

O cuidado que seu sorriso precisa com um preço que cabe no seu bolso.

**PLANOS**  
A partir de

R\$ 31,26<sup>1</sup>

R\$ 25,90<sup>2</sup>

Sem coparticipação

Com coparticipação\*

• ADESÃO DE CÔNJUGE E FILHOS (SOLTEIROS, ATÉ 21 ANOS).

• ATENDIMENTO COM ABRANGÊNCIA NACIONAL.

Informações:  
4007 2160 (Capitais e Região Metropolitana)  
0800 643 2080 (Demais Regiões)  
[faleconosco@extramed.com.br](http://faleconosco@extramed.com.br)

**PARTICIPE DO EXPRESSÃO!** Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

**Presidente:** Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC); **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS); **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB); **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA); **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF); **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC); **Diretora de Imprensa e Comunicação:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ); **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Osnildo Marcos Rodrigues (CCS) **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoni Goretti Damo (CCS)

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:** Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)  
**Suplentes:** Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

**Projeto gráfico:** Ana Lucia Dal Pizzol

**Tiragem:** 2.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR)  
**Revisão:** Rhuana Oliveira e Fernanda Paulina Ferrazzo  
**Jornalista responsável:** Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



## Contato

**Expressão Universitária** é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

**Endereço:** Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

**Telefone:** 47 3321-0400 | 47 3340-1477

**E-mail:** [sinsepes@sinsepes.org.br](mailto:sinsepes@sinsepes.org.br)

**Página:** [www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br)





# INTERNAS

## FÓRUM DE COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO ARTICULA-SE EM BLUMENAU

O auditório do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau (SINTRA-FITE) foi palco de uma reunião dia 1 de junho para organizar a ida de representantes à Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a ser presidida pelo Senador Paulo Paim. O encontro visa debater a questão da Terceirização, bem como o PLC 30/2015 que "Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes." A audiência pública será realizada dia 8 de junho, às 14 horas, na ALESC. O Fórum de Combate à Terceirização acredita que somente com a pressão popular é possível impedir a aprovação deste Projeto.



FOTO: CAETANO DABLE

## 28º FITUB TEM COMO TEMA TEATRO E TECNOLOGIA

Começou a contagem regressiva para o 28º Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB). divulgou os espetáculos selecionados para a edição 2015, que acontece de 9 a 16 de julho. Na foto, a peça **AMOR, TE**, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro/RJ, uma das selecionadas nesta edição. Com o tema Teatro e Tecnologia, o FITUB pretende levantar ideias e promover conversas e reflexões sobre o assunto. Estão abertas as inscrições para a VIII Jornada Latino-Americana de Estudos Teatrais, que acontecerá nos dias 10 e 11 de julho, dentro da programação do FITUB. A Jornada é promovida pela FURB e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).



Acesse o site e fique por dentro <http://www.jornadateatral.com.br/>

## CONSUNI APROVA MESTRADO EM HISTÓRIA

Em reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), dia 28 de maio, foi decidida a implantação de um novo mestrado na FURB, na área da História. A principal polêmica foi a aprovação diante do contingenciamento que a FURB passa. No entanto, a maioria dos conselheiros que se manifestaram apoiou o mérito do projeto. Além da História, a Universidade oferece atualmente 10 cursos de mestrado recomendados pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação.

## FURB SEDIA REGIONAL SUL DO FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO

Professores de várias regiões do país reuniram-se na FURB dias 7 e 8 de maio para a regional Sul do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. O FNPJ divulgou uma "Carta de Blumenau". O documento destaca as discussões sobre o ensino do Jornalismo, em especial as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a avaliação (Enade/Sinaes) e a regulamentação do estágio no âmbito do curso de graduação. O Fórum também manifestou o seu repúdio ao "massacre" contra os professores do Paraná, em 29 de abril, assim como ao tratamento dispensado pelo governo do Paraná aos jornalistas que cobriram o episódio. A abertura (foto) contou com a professora Roseméri Laurindo, coordenadora do curso de Jornalismo da FURB, que abriu o evento juntamente com o reitor da FURB, João Natel, e o diretor do CCHC, Celso Kraemer, ao lado da presidente do FNPJ, Mirna Tonus, e da professora Valci Zucoloto, que representou a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O professor A conferência de abertura foi proferida pelo professor Dr. Rogério Christofolotti (UFSC) que abordou o tema "Ensino de Jornalismo: novos currículos e impacto profissional".



## EXPOSIÇÃO DE ROY KELLERMANN É DESTAQUE NA FURB

A exposição A Magia da Cor e da Forma apresenta até 13 de junho no hall da biblioteca central da FURB um conjunto de parte da obra de Roy Kellermann, artista plástico nascido em Blumenau. A obra de Kellermann foi desenvolvida por mais de três décadas na cidade. A intenção com a exposição é ampliar a divulgação do legado do artista junto à comunidade sobre o conhecimento e a inspiração expressos na obra do blumenauense que se destacou pela originalidade como neo construtivista. Ele morreu ano passado, aos 70 anos.

Roy começou a carreira artística praticamente junto à profissão de antiquário. Era também músico, casado com a professora universitária de Música da FURB Noemi Kellermann desde 1976. Uma das marcas do trabalho do artista é a ilusão de ótica criada a partir de cores e formas nas suas telas. Em 29 de maio, a autora do livro "Roy Kellermann - A Magia da Cor e da Forma", Ely Steinger, ministrou uma palestra sobre o tema na FURB.

# BICICLETA:

## FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA OU POTÊNCIA PARA OUTRAS VIVÊNCIAS NA CIDADE?

Símbolo de resistência ao domínio de automóveis e na luta em prol da humanização das cidades, a magrela ainda enfrenta discursos que a afastam de novos adeptos

*POR SHEILA HEMPKEMEYER*

Psicóloga graduada na FURB e mestranda em Educação na UFSC <she.hempke@gmail.com>

**O** que leva as pessoas a se unirem para reivindicar coletivamente algo? Que demandas emergem atualmente nas grandes cidades? Qual o principal desafio enfrentado cotidianamente ao pensar uma cidade? Poderia listar inúmeros problemas e, provavelmente, eles estariam interligados. Independente da cidade pensada encontraria semelhanças nesta lista “problemática”. Uma delas certamente estaria relacionada a mobilidade urbana, ou o que eu prefiro chamar de mobilidade HUMANA. Há um movimento mundial de pessoas que alertam e refletem sobre o caos enfrentado nas cidades. No Brasil cerca de 85% da população vive em centros urbanos e, pensar como essa população compartilha os espaços públicos ou como elas se deslocam e movem-se na/pela cidade, é o desafio desta escrita.

A frota automobilística cresce a cada ano no país. O carro, criado inicialmente para facilitar o deslocamento das pessoas, vem se tornando vilão e alvo de críticas recentemente pelos que questionam seu uso individual e agressivo no trânsito. Morrem em média 60 mil brasileiros e brasileiras vítimas de “acidentes” ano após ano, um número maior que em guerras pelo mundo. E como lidamos com esta realidade? Transformando vidas interrompidas em estatística, crimes em acidentes, culpabilizando as vítimas, essa vem sendo nossa prática cotidiana.

Em contraponto a isso, eis que surge a bicicleta. Há quatro anos vem acontecendo o Fórum Mundial da Bicicleta, propondo debater a cidade e suas ocupações para além do carro. Discussões não só em torno da bicicleta, mas da mobilidade humana. O Fórum surgiu após o atropelamento co-

letivo ocorrido em Porto Alegre, em 2011, num manifesto de ciclistas conhecido como Bicicletada – Massa Crítica. A primeira bicicletada aconteceu há 23 anos nos Estados Unidos, em 1992. No Brasil teve início em São Paulo em 2002. De lá para cá, se tornou oficial que toda última sexta-feira do mês pessoas que usam a bicicleta, de diversas formas, se encontrem reivindicando o direito de circular na rua com segurança. Em março deste ano, um fato histórico ocorreu no Brasil e no mundo, a Bicicletada Internacional, em apoio as cicloviárias. Uma ação movida pelo Ministério Público Estadual de SP paralisou as obras cicloviárias na cidade, o que desencadeou no mesmo momento a união de ciclistas nas ruas de São Paulo defendendo a continuidade das obras. Além disso entidades nacionais que defendem o uso da bicicleta também se manifestaram oficialmente em apoio as cicloviárias na cidade. Houve a articulação para que acontecesse uma Bicicletada Nacional a fim de fortalecer os avanços cicloviários em São Paulo e em todo Brasil. Outros países manifestaram apoio a causa. Ao todo 12 países (16 cidades internacionais) e 22 cidades brasileiras estavam (re)unidas simultaneamente nas ruas. Milhares de seres pedalando, caminhando, andando de skate, patins, patinete, enfim, ocupando a rua, apoiando e exigindo essa mudança urgente sendo realizada na cidade. Uma experiência historicamente marcante para quem esteve na rua nesse dia (27/03/2015) no mundo. Um sentimento de coletividade unia todos e todas pelo bem comum em torno do uso seguro da bicicleta.

Há outro manifesto nas/pelas cidades utilizando a bicicleta como ferramenta de protesto: a World Naked Bike Ride, ou Pedalada Pelada em português. Este movimento, como o próprio nome já diz, denuncia a obscenidade no

SEGUIE -

## BENEFÍCIOS DA BICICLETA





FOTO: ARQUIVO

trânsito, chamando a atenção com a nudez (total ou parcial) dos corpos pedalando pela cidade. A primeira edição oficial aconteceu em 2004 em diversos países no mundo, somando 16. No Brasil teve início em 2008, novamente com pioneirismo paulista. Hoje acontece em 5 capitais brasileiras (RJ, SC, MG, SP, RS) uma vez por ano, no segundo sábado de Março. Para além desses eventos oficiais, grupos de pessoas que veem na bicicleta outra forma de experienciar a cidade, estão diariamente reunidas em eventos e/ou encontros em torno dela no intuito de disseminar a cultura “bici” por onde vivem. Com tantas provocações, manifestações e protestos em torno da bicicleta, pergunto: Por que a BICICLETA como protagonista desta retomada e reforma da/na cidade?

Uns lançam um olhar torto e preconceituoso para a margela, enumerando motivos que impedem e dificultam seu uso. Infinitos são os artefatos culturais e discursos que afastam as pessoas da bicicleta. Porém, há um movimento crescente de pessoas estimulando-a inclusive para além de um veículo de transporte. Sentindo a necessidade de reinventar os espaços urbanos, pessoas e coletivos se (re)unem compartilhando eses incômodos criando diferentes formas de viver/mover-se na cidade. A bicicleta vem sendo usada como ferramenta de resistência, questionamento, protesto, arte, resgate do dito “humano” entre as pessoas. Desacelera a rapidez que vivemos na cidade, ao mesmo tempo que permite a fluidez contínua por vias entupidas de carros. Permite a troca de olhares entre as pessoas, sentimentos adormecidos e/ou esquecidos, arte por entre encruzilhadas, criações outras surgindo na relação entre os encontros promovidos pelo ato de pedalar. Essa nova forma de estar na cidade transforma as pessoas e essa transformação equivale a transformação que queremos na/para a cidade.

Cidades que não se modificam, que não se renovam, são esquecidas, pois a história é feita de atravessamentos cotidianos, de pessoas que se deslocam por e entre estes espaços urbanos contando, vivendo e re-escrevendo a própria história a partir desses encontros. Há um jogo simbólico envolvido nessa trama e que se reinventa nas diferentes formas de estar na cidade. O vento, que refresca cada corpo pedalante, é potência de mover seu entorno, é possibilidade de resgate de uma humanidade esquecida, experiência que provoca a multiplicidade de outros sentidos, sensações, vivências, olhares sobre si, sobre os outros, sobre o meio em que circula. A Bicicleta está permitindo repensar o lugar da cidade no cotidiano das pessoas, e a ciclovia não é só um direito garantido e seguro na via, mas um traçado simbólico na rua. Circular de outra forma nos espaços urbanos, uma maneira outra de viver a cidade, a ciclovia tornando-se cicloVIDA. A Bicicleta nos convida para ir para a rua e experimentá-la, conversar sobre as sensações que podemos ter naquele lugar, afinal, por onde pedalam os seus desejos?

“

**Cidades que não se modificam, que não se renovam, são esquecidas, pois a história é feita de atravessamentos cotidianos, de pessoas que se deslocam por e entre estes espaços urbanos contando, vivendo e re-escrevendo a própria história a partir desses encontros. Há um jogo simbólico envolvido nesta trama e que se reinventa nas diferentes formas de estar na cidade. O vento que refresca cada corpo pedalante é potência de mover seu entorno, é possibilidade de resgate de uma humanidade esquecida, experiência que provoca a multiplicidade de outros sentidos, sensações, vivências, olhares sobre si, sobre os outros, sobre o meio em que circula.**

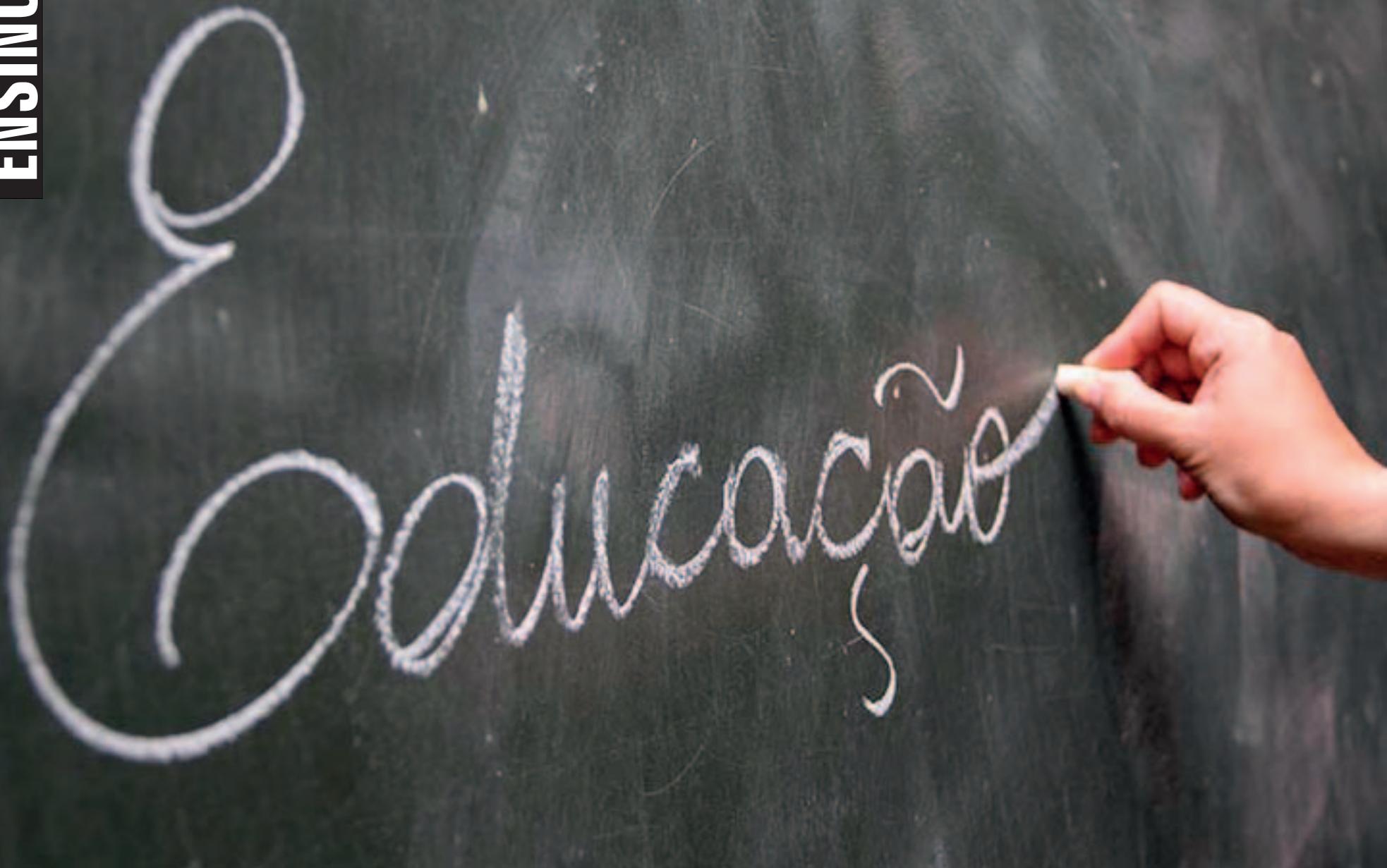


FOTO: ARQUIVO

# PLANO DE CARREIRA É PRIORIDADE PARA PROFESSORES DO ESTADO

Principal reivindicação da categoria, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), é a elaboração do plano de carreira do magistério estadual, que estabelece critérios para o desenvolvimento profissional do educador e contempla regras de promoção, benefícios e salários.

**A**s cenas de ataque da polícia contra os professores em greve e em defesa da Previdência, no Paraná, repercutiram em escala internacional. Foram momentos de terror. Bombas de gás lacrimogêneo, milhares de policiais bem equipados disparando balas de borracha, gás de pimenta, jatos de água e fazendo os cães avançarem sobre os manifestantes. O episódio ocorrido em fim de abril levantou a discussão sobre as condições de trabalho e remuneração desses profissionais.

O piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, o valor mínimo que os professores em início de carreira devem receber, é de R\$ 1.917,78. A regra vale para todo o País. Esses profissionais devem ter formação em magistério em nível médio (ou antigo curso normal) e carga horária de trabalho de 40h semanais, e atuar em estabelecimentos públicos de ensino na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em todo o País. A Lei do Piso também estabelece que um terço da jornada seja destinado a atividades fora da sala de aula, em planejamento pedagógico ou de atividades, por exemplo.

Entre os catarinenses, a demanda envolve o plano de carreira, que foi alterado pelo governo e teve salários achataados, reduzindo a diferença entre os extremos. Entre os itens ainda exigidos no novo plano de carreira do magistério estão o aumento da base salarial, com a garantia de que professores mais antigos ganhem mais do que os novos. Outra questão é a progressão salarial por cursos de formação. Além disso, o magistério exige um aumento progressivo da diferença entre os níveis, até que o nível superior seja 50% maior que o médio. O governo sinalizou com uma proposta de 40%.

## SOBRE O PISO NACIONAL

O Amazonas se destaca no que se refere ao vencimento básico dos professores. Como o governo não contrata educadores com nível médio há mais de dez anos, o valor do subsídio (R\$ 3.269,19) se refere a professores graduados. O Amazonas consegue arcar com valores mais elevados porque a rede é relativamente pequena: tem 26,7 mil ativos e 12,9 mil inativos (quatro vezes menos do que o RS). Além disso, o dinheiro das aposentadorias sai de um fundo de previdência, e não do orçamento da educação. No fim da vida profissional, o valor pode chegar a R\$ 10 mil para quem tiver doutorado.

O piso salarial nacional do magistério foi instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentando uma disposição já prevista na Constituição Federal (alínea 'e' do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96).

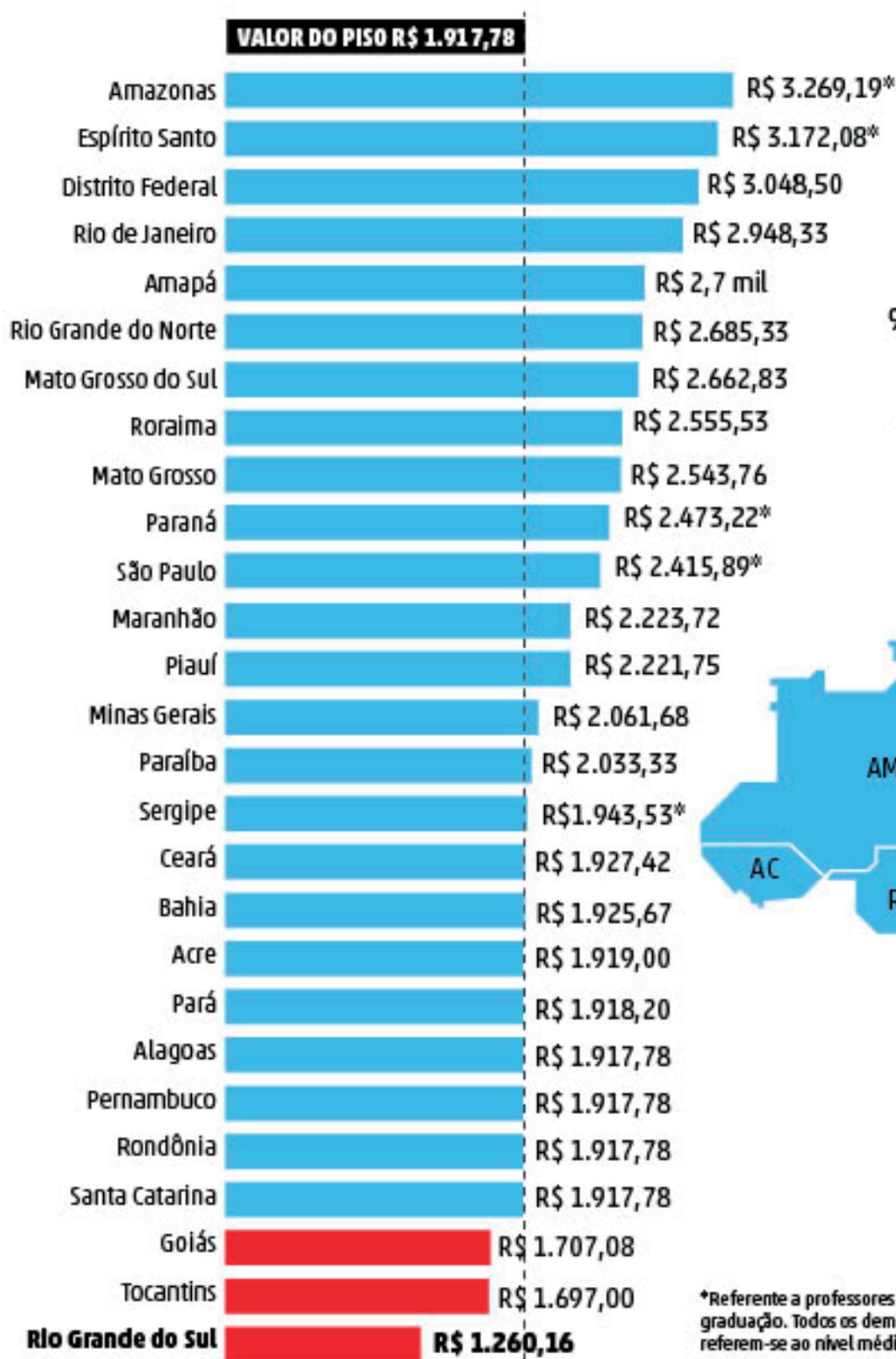
Esta lei também fixou limites para o trabalho de interação com os alunos na composição da jornada docente: professores devem passar no máximo dois terços (2/3) da carga horária em sala de aula, e no mínimo um terço (1/3) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse, como planejamento de aulas, reuniões pedagógicas, correção de atividades etc.

O piso é a menor remuneração que uma categoria recebe pela sua jornada de trabalho. No caso do piso salarial nacional do magistério, esse valor é correspondente a uma jornada de 40 horas semanais.

# PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Professores com formação nível médio e carga horária de 40 horas semanais

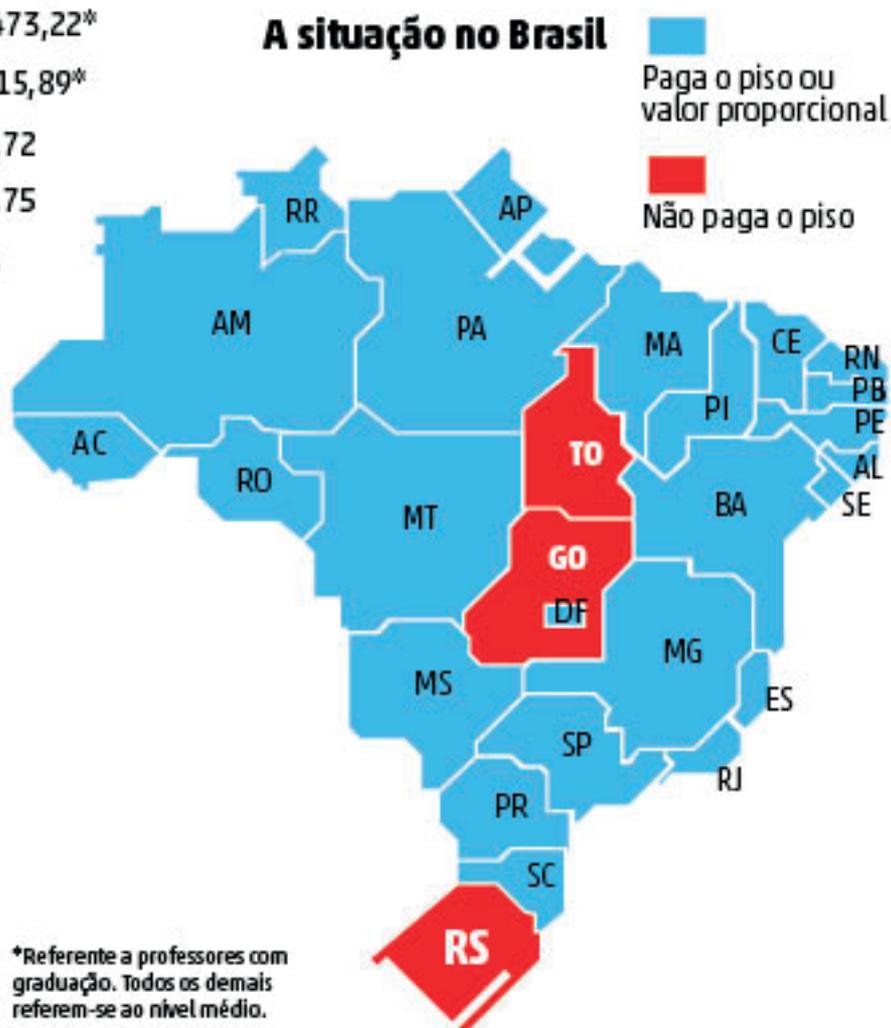
## Vencimentos básicos no início da carreira (40 horas)



## A evolução do valor do piso (R\$)



## A situação no Brasil



INFOGRÁFICO FORNECIDO PELA CNTE

## Após 72 dias em greve, professores estaduais retornam às salas de aula

Depois de 72 dias em greve, suspensa em 3 de junho, em assembleia realizada pelo Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores da Educação) os professores da rede estadual da Educação de Santa Catarina voltaram às salas de aula segunda-feira, 8 de junho. Pela decisão, a greve pode ser retomada se os itens propostos pelo governo não foram concretizados. Cerca de 3 mil professores participaram da assembleia nesta quarta, que decidiu por maioria a suspensão da greve. Também estavam na pauta do governo a revisão do decreto que impede progressão na carreira dos professores com mais de cinco faltas injustificadas e o abono das faltas relativas a greves e manifestações desde 2011. Os principais encaminhamentos aprovados foram os seguintes: 1 – Suspensão imediata da greve iniciada em 24/03/2015 para a discussão com o governo em mesa de negociação; 2 – Estabelecer mesa de negociação com o governo; 3 – A realização de uma nova assembleia estadual em agosto 4 – Os participantes da mesa de negociação serão definidos pela diretoria executiva do SINTE/SC.

Uma nova assembleia estadual dos professores está marcada para o dia 5 de agosto.



FOTO: DIVULGAÇÃO/SINTE

# A INVISIBILIDADE SOBRE AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POBREZA DE BLUMENAU

O município conhecido por ostentar títulos como Europa Brasileira e Loira Blumenau, é responsável por concentrar o maior número de moradores em favelas do Estado, de acordo com os últimos dados do IBGE, em 2010. No entanto, a prática da invisibilidade social sobre essas áreas alcança também a imprensa

*POR MAGALI MOSER*

Jornalista, professora do Curso de Jornalismo da FURB e mestranda do PosJor/UFSC <magali.moser@gmail.com>



FOTOS: JANDYR NASCIMENTO

**D**iante da imagem de cidade rica, polo industrial e detentora de um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, a cidade de Blumenau/SC esconde outra realidade por trás dos morros. O processo de exclusão associado a práticas de higienização social adotadas em todo o país se repetem no município conhecido por ostentar títulos como “Europa brasileira” e “Loira Blumenau”. Mas os contrastes observados em Blumenau são chocantes: dados do IBGE colocam a cidade como a maior possuidora de habitantes em favelas do Estado. No entanto, a invisibilidade social das áreas de concentração de pobreza alcança também a imprensa. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se o problema não existisse. A intenção deste artigo é provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo e problematizar a questão do deslocamento de populações numa clara demonstração de que para o poder público ao longo do tempo, a prioridade é remover e não resolver a situação.

## PARA ALÉM DE UM “VALE EUROPEU”

Uma outra Blumenau se esconde por trás da marcada pelas raízes alemãs, de gente galega, pele branca e olhos

claros. Conhecida nacionalmente pela Oktoberfest – propagada como a segunda maior festa alemã do mundo, atrás apenas da de Munique, na Alemanha – o município no Vale do Itajaí constitui um dos polos econômicos mais significativos do Estado. Líder catarinense da geração de empregos por quatro anos consecutivos (2011 a 2014) e detentora da sétima posição na classificação de todos os municípios brasileiros, incluindo as capitais, a terceira cidade mais populosa do Estado. Apresenta um dos melhores PIBs de Santa Catarina, com destaque nacional em diversos setores econômicos, como o têxtil e a informática. É reverenciada pelas tradições germânicas trazidas desde a chegada do farmacêutico responsável por batizar a então colônia, Hermann Blumenau, em 1850.

Embora costumeiramente aclamado como “herói”, há facetas escondidas na vida de Hermann que merecem aprofundamento e pesquisa. Uma delas se configura na sua proibição da circulação de jornais na Blumenau Colônia. Documentos históricos dão conta de que o fundador Hermann Blumenau era contra a veiculação de jornal, pois temia abusos e transtornos no seu empreendimento. “Não desejava, pois, no seio da família blumenauense, tal instrumento de ódios e dissensões partidárias.”

O fato talvez explique porque a imprensa na cidade foi

instituída com atraso, 31 anos após a fundação da colônia, em 1881, com a criação do jornal *Blumenauer Zeitung*, editado em língua alemã e fundado por Hermann Baumgarten. Possivelmente também ajude a entender práticas conservadoras ligadas à imprensa em Blumenau até hoje, como o fato de a cidade, embora considerada a terceira maior do Estado, tenha apenas um único jornal diário em circulação, e a resistência em abordar os problemas sociais que a acompanham. Questões históricas à parte, apesar dos indicadores positivos que colocam a cidade como referência, a realidade encontrada atrás dos morros destoa da imagem vendida nos cartões postais e inclusive em reportagens sobre Blumenau, considerando este o gênero jornalístico mais adequado para desvendar a realidade.

Blumenau é a cidade catarinense com maior número de favelas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2010, o município possui mais habitantes que residem nas chamadas “aglomerações urbanas subnormais”: um total de 23.131 dos estimados 330 mil moradores do município. Os residentes em áreas de concentração de pobreza são 7,5% da população. Sabe-se que este é um exemplo entre tantos outros das cidades brasileiras. Mas talvez pelos números positivos que apresenta Blumenau como líder na geração de empregos do Estado e pelos indicadores econômicos e de qualidade de vida, os contrastes observados no município sejam ainda mais chocantes.

A cidade enfrenta o desafio de crescer de forma organizada e incluyente. As precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas responsáveis por formar um abismo social entre a periferia e a imagem criada nos jornais. Este artigo se propõe a pensar de que maneira o Jornalismo pode contribuir para discutir o assunto. Além disso, propõe reflexões acerca da reportagem como formato capaz de gerar a contextualização necessária sobre a temática. Apesar de ter ocupado na década de 1980 o primeiro lugar no ranking nacional do IDH, Blumenau perdeu a posição especialmente pela crise no setor têxtil. Mas destaca-se ainda em relação aos 193 municípios catarinenses, a cidade ocupa a 7ª posição no levantamento.

## O PROCESSO DE OCULTAMENTO

O processo de ocultação da pobreza segue as práticas de remoções para “limpar a paisagem”, observadas no restante do país e remonta ao ano de 1949, com a transferência dos moradores da primeira favela de Blumenau, a Farroupilha, no Centro, às margens do Rio Itajaí Açu, para áreas afastadas, numa clara demonstração de que a prioridade do poder público era remover e não resolver a questão. Às vésperas das comemorações do centenário da cidade (1950), o então prefeito municipal, Frederico Guilherme Busch, acatou a recomendação de comissão constituída na Câmara de Vereadores com a remoção dos moradores daquela comunidade. Eles foram transferidos para áreas periféricas e precárias que tinham em comum o fato de estarem atrás dos morros e distantes da paisagem central, as Ruas Pedro Krauss Sênior, no Bairro Vorstadt, e Araranguá, no Garcia. Pretende-se aqui provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo desde o deslocamento em 1949 das 102 famílias (cerca de 600 moradores) que residiam na Favela Farroupilha, sem quaisquer problematização por parte dos jornais na época, que se limitaram a registrar o episódio – talvez por a medida ser comum em outros centros urbanos naquele momento.

Araci Manoel Ponciano é testemunha de que historicamente Blumenau esconde seus pobres. Moradora da primeira favela da cidade, a Farroupilha, próximo à Ponte de Ferro, ela foi deslocada para a Rua Pedro Krauss Sênior. Perdeu a casa na tragédia de 2008 e foi parar num abrigo provisório. A trajetória da octogenária exemplifica os impactos da falta de uma política habitacional eficaz para as populações de baixa renda. Em entrevista concedida por ela à autora em 2010 para o artigo *A indisfarçável favelização em Blumenau*, publicado na *Revista Blumenau em Cadernos*, do Arquivo Histórico de Blumenau, em abril daquele ano, Araci desabafou: “Fomos despejados como animais. Saímos com uma mão na frente e a outra atrás”. O objetivo era instituir, no local da Favela Farroupilha, um loteamento com residências de alto padrão a serem vendidas a terceiros (A NAÇÃO, 1949, p. 2, 6ª coluna). [...] o histórico da pobreza em Blumenau, ao se explicitar espacialmente como questão urbana, tem início já no final da década de 1920, mais especificamente em 1929, quando o processo de industrialização local estava se consolidando. O primeiro aglomerado que surgiu em condições “ilegais” do ponto de vista da aquisição dos terrenos, situava-se bem no centro da cidade, ao lado da ponte de ferro (hoje Ponte Aldo Pereira de Andrade) que outrora era passagem do trem. A ocupação do local tem relação direta com a construção da ponte de ferro, levando-se em conta que grande parte dos moradores da localidade eram operários que trabalhavam na sua construção. A pequena comunidade chegou a abrigar 102 famílias e foi autodenominada

pelos moradores de “Favela Farroupilha”, como ficou conhecida na cidade. (SAMAGAIA, 2010, p. 105).

Para o historiador Marcos César Muniz, cujo trabalho de conclusão do curso de graduação em História foi sobre a Favela Farroupilha, em 2007, na Furb, cria-se assim um apartheid social em Blumenau. Os não bem quistos, os pobres, chamados migrantes ou “os de fora” são isolados ou afastados do convívio direto com o restante da sociedade: A exclusão socioespacial se dá como algo natural. Os pobres devem viver distantes do Centro da cidade, do centro das discussões. A iniciativa de “varrer” os pobres do Centro era uma prática adotada no país inteiro na época. A busca pelo projeto “modernizante” com enfoque higienista, importado da Europa, servia de modelo na tentativa de “eliminação” dos pobres dos centros urbanos. Em Blumenau, a particularidade fica por conta dos morros e por essas áreas terem sido escondidas por tanto tempo.

O terreno onde ficava a antiga favela foi reflorestado, contribuindo para o apagamento da memória coletiva sobre o episódio. “O favelamento no Centro da cidade estava aumentando e por isso deveria ser escondido. É (...) esconder a pobreza atrás dos morros e colocar o pobre como o responsável pelos problemas existentes”, avalia a historiadora Evemara Faustino em artigo publicado, em 2002, na revista *Blumenau em Cadernos*. Mais de 60 anos após a medida, as duas áreas para onde os moradores foram removidos ainda concentram parte da população excluída do município, o que ratifica a ideia de que o deslocamento agravou o problema. O maior conglomerado de moradores em situação de pobreza em Blumenau é o da Rua Araranguá, bairro Garcia, com 3.741 habitantes, conforme o IBGE.

Esconder e maquiar os contrastes acompanham Blumenau desde a Favela Farroupilha e persistem. Em 2002 o jornal alternativo de circulação nacional *O Pasquim* fez uma entrevista com o então prefeito de Blumenau Décio Lima (PT) que foi publicada com a seguinte manchete: “Blumenau é uma cidade sem favelas”. A pesquisa nas páginas dos jornais reforça a dificuldade da imprensa abordar o tema com aprofundamento e contextualização.

Raramente o jornalismo praticado na cidade consegue romper o silêncio sobre a existência dessas comunidades e abordar o assunto com a complexidade exigida. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se não existisse. O senso comum reforça a ideia de que não há moradores em condições de risco e a concepção de “cidade jardim” ou “Vale Europeu” se mantém. As áreas

“

**Raramente o jornalismo praticado na cidade consegue romper o silêncio sobre a existência dessas comunidades e abordar o assunto com a complexidade exigida. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se não existisse**



de concentração de pobreza raramente aparecem na cobertura jornalística. Quando citadas, surgem de modo pejorativo. O silenciamento sobre essas comunidades, geralmente periféricas e distantes dos interesses econômicos disputados pelos jornais, costuma ser quebrado apenas quando há movimentos específicos que tomam dimensão para além daquelas áreas, de modo que se torna inevitável a cobertura pela imprensa.

O artigo na íntegra foi publicado nos *Anais do Evento III MEJOR - Colóquio Internacional - Os silêncios do Jornalismo*, ocorrido na UFSC em maio. O texto completo pode ser acessado no endereço: [http://mejor2015.sites.ufsc.br/?page\\_id=411](http://mejor2015.sites.ufsc.br/?page_id=411)



## TEMPOS DE GRANDE ENCARCERAMENTO

Pelos dados oficiais sobre os recursos para o sistema penitenciário, constata-se que o sistema federal argentino é o que destina mais recursos mensais por preso (699 dólares)

*POR LENICE KELNER*

Professora da FURB e Doutoranda em Direito pela Unisinos <[lenice.kelner@gmail.com](mailto:lenice.kelner@gmail.com)>

**D**esde o século XIX a privação de liberdade é, em todo o mundo, a coluna vertebral do sistema de penas. Buscando as taxas do uso de prisão no mundo, verifica-se que os Estados Unidos é o que encontra-se no ápice, 800 por 100.000 habitantes, e com taxa de homicídios de 8,65 por 100.000, seguida pela Federação Russa, com cerca de 600 por 100.000 habitantes e taxa de homicídios de 18,38 por 100.000.

Inversamente, entre os países que fazem um uso muito inferior da prisão encontram-se a Finlândia, com 71 por 100.000 (menos de um décimo da taxa estadunidense) e com taxa de homicídio de 2,90, a Austrália, com 117 por 100.000 habitantes e taxa de homicídio de 1,87, o Canadá com 116 por 100.000 e taxa de homicídio de 1,77 e a Nova Zelândia com 118 presos por 100.000 habitantes e taxa de homicídio de 2.50.

Percebe-se a enorme diferença nas taxas de prisionização de países vizinhos como Estados Unidos e Canadá, bem como Rússia e Finlândia. Será porque os canadenses e finlandeses soltam todos os assassinos? Não é verdade, em qualquer país do mundo os autores de crimes graves ficam presos por muito tempo. E em todos os países civilizados, menos nos Estados Unidos, a prisão prolongada substitui a pena de morte.

Apresenta-se uma explicação convencional, que há mais prisionização porque há mais homicídios, mas isso é falso, porque se fosse correta, ao longo dos anos as taxas elevadas de prisão deveriam ter provocado a diminuição dos homicídios, enquanto as taxas reduzidas deveriam ter subido, e nada disso aconteceu.

Por isso pode-se afirmar que o maior uso da prisão não tem efeito preventivo dos crimes. Não é construindo prisões, criando-se mais crimes que diminuímos as taxas de criminalidade...

O último censo da população carcerária

brasileira, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou no Brasil 715.655 presos, atrás somente dos Estados Unidos (2,2 milhões de presos) e China (1,7 milhão de presos). Ou seja, o Brasil é o terceiro país que mais prende no mundo.

O sistema prisional brasileiro tem cerca de 70% dos presos submetidos a medidas cautelares (prisão preventiva, temporária e flagrante) e desta cifra, entre 20 e 25% serão absolvidos ou liberados sem julgamento, então, encontram-se na prisão por nada e para nada.

Mas a criminologia midiática quer mais, mais e mais prisão... Os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, são hoje elementos indispensáveis para o exercício de poder de todo o sistema penal.

Zaffaroni, Ministro da Suprema Corte Argentina, afirma que os meios de comunicação de massa são os grandes criadores da ilusão dos sistemas penais, em qualquer de seus níveis. Exemplo são os seriados, que glorificam o violento, o esperto e o que aniquila o "mau". A "solução" do conflito através da supressão do "mau" é o modelo que se introjeta nos planos psíquicos mais profundos, pois são recebidos em etapas muito precoces da vida psíquica das pessoas. O sentimento de falta de segurança da população em razão da simples dúvida quanto à ineficácia tutelar de todo este aparelho é enorme, já que atinge um plano psicológico mais profundo.

Não falo em limitar o espaço da informação, mas limitar a propaganda violenta do sistema penal, mensagens irresponsáveis com o simples objetivo de obter audiência, como mostrar cadáveres despedaçados, exploração da dor alheia com declarações desoladas e desconcertadas das vítimas, violação de privacidade de vítimas humildes, e outros recursos semelhantes, como colocar o rosto de pessoas que nem foram condenadas judicialmente, mas já são chamadas de "traficante", "vagabundo", "barranga", por esses pseudo-especialistas em matérias que desconhecem totalmente.

Então, é fundamental a neutralização do aparelho de propaganda violenta do sistema penal, ou seja, a introdução de mensagens diferentes nos meios de comunicação.

A prisão em todo o mundo é uma instituição muito deteriorada, não sendo diferente na cidade de Blumenau. Desenvolvemos um projeto de extensão (aprovado pela Pró-reitoria da FURB) junto ao Presídio Regional de Blumenau desde 1996, prestando assistência jurídica aos detentos financeiramente carentes, auxiliando na busca de pedidos judiciais, e pode-se afirmar que, a realidade do Presídio de Blumenau não é diferente da maioria dos presídios brasileiros, especialmente a superlotação dos cárceres e as condições desumanas a que são submetidos os que ali cumprem suas penas.

Pelos dados oficiais sobre os recursos para o sistema penitenciário constata-se que o sistema federal argentino é o que destina mais recursos mensais por preso (699 dólares), seguido pelo da Costa Rica (393), do Brasil (296) e do Uruguai (293), enquanto a Bolívia destina 24 dólares, a Nicarágua 60, o Panamá 73 e o Paraguai 76.

Para Zaffaroni, essas condições desumanas dos cárceres não só aumentam o efeito reprodutor criminógeno, como também os freqüentes massacres por contagotas fazem com que a pena de prisão se converta em uma pena de morte aleatória por qualquer delito e inclusive por nenhum delito.

Por último, acreditamos existirem motivos para supor que o homem é capaz de reagir de modo racional diante do espetáculo da destruição inútil de milhões de vidas humanas, dentro e fora do cárcere. Cada país tem o número de presos que decide politicamente.

Por fim, concordamos com Zaffaroni que afirma que pena é um sofrimento órfão de racionalidade e há vários séculos procura um sentido e não encontra, simplesmente porque não tem sentido, a não ser como manifestação de poder.

# O FUTEBOL NO BRASIL JOGA PARA ESCANTEIO OS DEMAIS ESPORTES?

Enraizado na cultura brasileira, o futebol influencia outros esportes e ajuda a construir o imaginário popular e estereotipado sobre o país

POR GABRIEL PIERRI DE SOUZA

Estudante do curso de História da FURB <gabrielpierripk@gmail.com>

**E**xiste uma concepção divulgada e fomentada pela mídia tradicional de que “o Brasil é o país do futebol”. Essa concepção está presente em vários jornais, programas e canais esportivos, que deveriam pela lógica abrir espaços democráticos para todos os esportes, porém não seria um equívoco chamá-lo facilmente de “FutebolTV”. Revistas de economia abrem grandes espaços para análises sobre qual o melhor clube para investir ou qual é o melhor jogador para comprar direitos de imagem. Sem contar que partidos políticos brigam para que certo ex-jogador de futebol se filie a sua coligação, e não raro esse mesmo ex-jogador vence alguma disputa eleitoral. O novo penteado de tal jogador estampa as revistas de fofocas. Essa concepção acaba por jogar para escanteio os demais esportes. Sem desvalorizar o futebol que percorreu caminhos importantes ao longo da nossa história, e possui evidente valor de importância, mas com o intuito de problematizar o imaginário que insiste em supervalorizar o futebol como sinônimo de Brasil, este debate faz-se necessário.

Na mesma semana em que a seleção brasileira tomava os vergonhosos 7x1 em casa da seleção alemã, o skatista gaúcho Luan de Oliveira vencia um dos campeonatos mais disputados de streetskate do mundo, na própria Alemanha. O carioca Bob Burnquist, maior medalhista da história dos X Games com 25 medalhas e tetra campeão da Mega Rampa, ganharia, em 2014, a prata em Austin no Texas pela competição Skateboard: Big Air. Sem mencionarmos os diversos outros skatistas que tiveram ótimos desempenhos no ano citado. Aliás, vale lembrar que o Skate, segundo esporte mais praticado do Brasil, sofre muito preconceito, visto como uma atividade marginal, sendo proibido de ser praticado por lei em 1988 pelo então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Segundo o historiador e professor da Universidade Regional de Blumenau, Leonardo Brandão, apesar da legalização da prática do streetskate pela sucessora de Jânio, Luiza Erundina, a proibição do skate como prática urbana incita questões sobre o direito à cidade e seus modos de apropriação. Podemos

comparar a prática do skate com a do futebol, ambas tem a possibilidade de serem de rua e/ou iniciadas na mesma. Mas por que o primeiro é visto como algo transgressor e perigoso, quando o segundo, mesmo colocando a vida da “piazada” em risco, que simulam as traves de um campo com chinelos e dividem o espaço urbano com a circulação de veículos, é visto como algo natural da infância brasileira?

É interessante notar como o futebol está enraizado e influencia outros esportes. Dificilmente encontraremos um fã de Surf com uma camisa contendo o nome do primeiro surfista brasileiro a conquistar o título mundial da elite do esporte, o WCT, em 2014, Gabriel Medina. Mas não raro fotos nas redes sociais são postadas com a típica camisa da seleção canarinho de futebol levando o nome do surfista seguida do número 10. Podemos pensar que o futebol faz um favor, emprestando sua camisa a outros esportes, porém, isso não seria uma forma de ocultar a originalidade e singularidade dos demais esportes, nessa insistência do brasileiro de conectar tudo com o futebol? Vale ressaltar aqui o apelido, BrazilianStorm, que a geração de surfistas brasileiros da atualidade tem sido chamada pelos gringos, esses se deparam cada vez com mais frequência a bandeira verde e amarela nos pódios das competições de Surf, mas até o título de Medina, quase não estampavam capas dos jornais esportivos no Brasil com essa atividade.

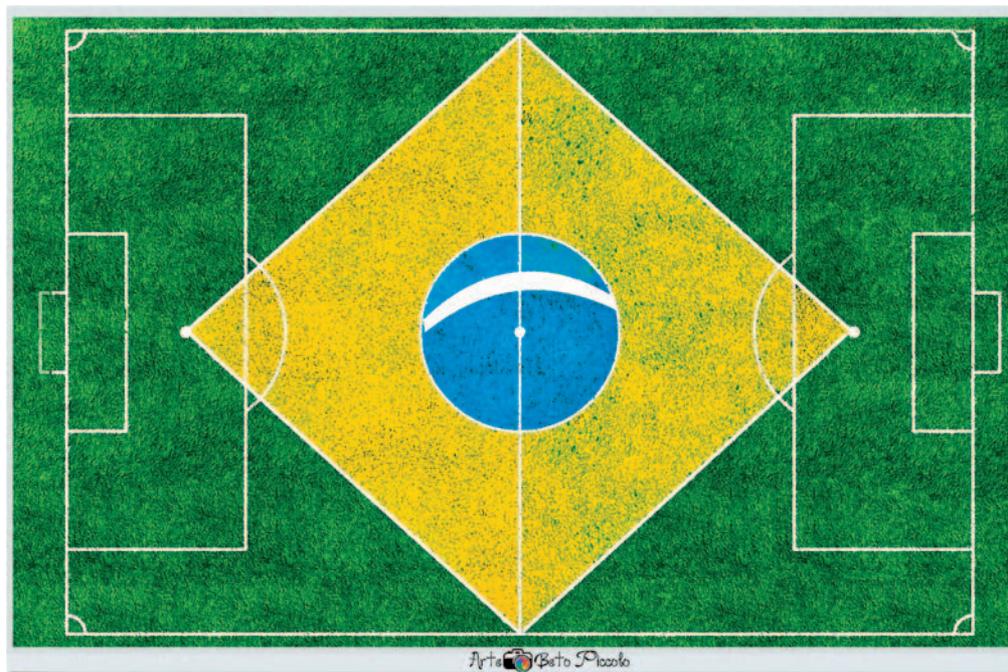
Tiago Splitter natural de Blumenau (SC), pivô do San AntonioSpurs, foi o primeiro brasileiro campeão da NBA, no mesmo mês em que a seleção brasileira de futebol passava vexame em casa, na Copa do Mundo de 2014. Splitter na sua própria cidade quase não foi notícia, recebeu poucas homenagens. Inclusive muitos blumenauenses

não estavam cientes de que o atleta participava de uma final do mais importante campeonato de basquete do mundo, ou que pelo menos jogava em tal liga. Ironicamente os jornais blumenauenses estavam mais preocupados em noticiar qual jogador se machucou no treino do Metropolitano (principal time do município), do que a histórica façanha de Splitter nos EUA.

Poderíamos citar aqui uma lista quase interminável de atletas brasileiros (em diversas modalidades) que se sobressaíram em suas respectivas modalidades, mas que não estampam capas de jornais com tanta frequência quanto a vida íntima de jogadores de futebol.

O historiador da Universidade de São Paulo, Hilário Franco Junior, escreveu uma obra intitulada A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade, no qual investiga por um viés histórico algumas concepções sobre o futebol. Fundamentando hipóteses como as características do esporte herdadas da lógica capitalista, ou o seu uso político e ideológico para acomodar a massa, através do famoso conceito “ópio do povo”. O autor argumenta que o futebol pode ser visto como metáfora ou reflexo do mundo contemporâneo, e ainda revela análises que possivelmente despertaram a ira mais profunda dos fanáticos por esse esporte, quando afirma, por exemplo, que o Brasil é apenas mais um dos países do futebol.

A tese de Hilário é reflexo da média de público da série A do Brasileirão ser inferior a série B de campeonatos como



o da Alemanha e Inglaterra. Ou também, que o Brasil perde seus melhores jogadores, principalmente para clubes europeus, no qual somente são convocados para a seleção quando estão do outro lado do atlântico. Dizer que o futebol é engolido pela lógica de consumo capitalista, talvez de conta de explicar o fato de torcedores, dentro das situações precárias econômicas do Brasil, pagarem um preço de R\$160,00 para um jogo inexpressível entre Flamengo e Santos na abertura do campeonato brasileiro de 2013, e mesmo assim criticarem programas do governo como o Bolsa Atleta que auxiliam esportistas a se manterem nas demais atividades, que não o futebol. É preciso questionar a quem interessa o ocultamento sobre a possível decadência do futebol brasileiro, e ainda sobre movimentos sociais como o “Não vai ter copa” não receberem devidos espaços na grande mídia para discussões. A quem interessa estampar em grande parte dos veículos de comunicação possíveis que “o Brasil é o país do futebol”?

No Brasil, o futebol encontra-se tão impregnado culturalmente, que admiradores ficam incomodados quando alguém propõe debater e criticar certos aspectos do seu funcionamento. Na terra do Pelé, política, religião e, o futebol, não se discutem. Podemos então afirmar que o futebol é um grande monopólio que esconde o desenvolvimento dos demais esportes.

“

**No Brasil, o futebol encontra-se tão impregnado culturalmente, que admiradores ficam incomodados quando alguém propõe debater e criticar certos aspectos de seu funcionamento**

# LUTA CONTRA A HOMOFOBIA

POR LENILSO SILVA

Membro do Grupo LGBT Liberdade <lenilso13@yahoo.com.br>

O grupo “Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros - Liberdade”, foi fundado em 18 de maio de 2008 e tem por finalidade promover ações de cidadania e direitos para a população LGBT, bem como a luta pela eliminação de todas as manifestações que agridam os direitos humanos, com vistas no estabelecimento de uma ordem social justa e democrática. Sempre acreditei que não há lugar para a aceitação da

sociais. Uma mobilização que vem ascendendo fortemente no Brasil.

A expressão “homofobia” e sua legítima significação caracteriza-se por medo, aversão e ódio às pessoas homossexuais, significando também quaisquer atos de discriminação contra o homossexual ou contra a homossexualidade. Nós temos diante dos nossos olhos uma barbárie cotidiana em nosso país: o Brasil responde por 44% dos casos letais de homofobia no mundo. De acordo com o grupo gay da

lembrado no dia 14 de maio completou dois anos que o conselho nacional de justiça regulamentou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em todo o país. Faz poucas semanas que o supremo tribunal federal reconheceu casais homoafetivos como família e concedeu o direito a adoção. Por mais que essas decisões sejam importantes, precisamos que o congresso nacional compreenda o que o judiciário já entendeu, e aprove projetos de lei e emendas constitucionais que garantam o direito ao casamento igualitário e a adoção na constituição e no código civil. Com isso essas conquistas passam a ser irreversíveis.

E cada avanço, nós temos que celebrar com muita alegria. Não apenas porque nos possibilita a existência humana na sua plenitude, mas porque isso significa dizer que a sociedade amadurece na sua concepção democrática. Amadurece nas condições para fazer valer a constituição desse país, que fala em dignidade humana e que fala em abolir qualquer forma de discriminação.

Por isso, nós precisamos instituir uma escola sem homofobia, porque, no chão da escola, a gente carrega as nossas marcas, seja para o bem ou para o mal. E as escolas não podem expulsar as pessoas em função da sua orientação sexual, ou da forma como as pessoas são, por isso, eu diria que essa é uma discussão que nós temos que fazer.

No dia 17 de maio de 1990, a organização mundial de saúde retirou a homossexualidade do rol de enfermidades, até então era considerada doença ou perversão. O referido ato reconheceu que a homossexualidade é um estado mental, assim como a

heterossexualidade, sendo um dos mais importantes marcos para o avanço na conquista de direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, reconhecendo a data como dia de luta contra a homofobia.

Neste sentido nosso grupo de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – liberdade realizou a 1ª semana de luta contra homofobia, com atividades de conscientização, atos públicos, sarau e roda de conversa e expressões culturais. O objetivo foi incentivar ações que proporcionassem a discussão sobre o direito à livre orientação sexual, bem como a visibilidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

Gostaria de terminar citando Chico Xavier: “A gente pode morar numa casa mais ou menos, morar numa rua mais ou menos, morar numa cidade mais ou menos e até ter um governo mais ou menos. A gente pode olhar em volta e sentir que tudo está mais ou menos, tudo bem. O que a gente não pode mesmo, nunca, de jeito nenhum, é amar mais ou menos, é ser amigo mais ou menos, senão a gente corre o risco de se tornar uma pessoa mais ou menos.”

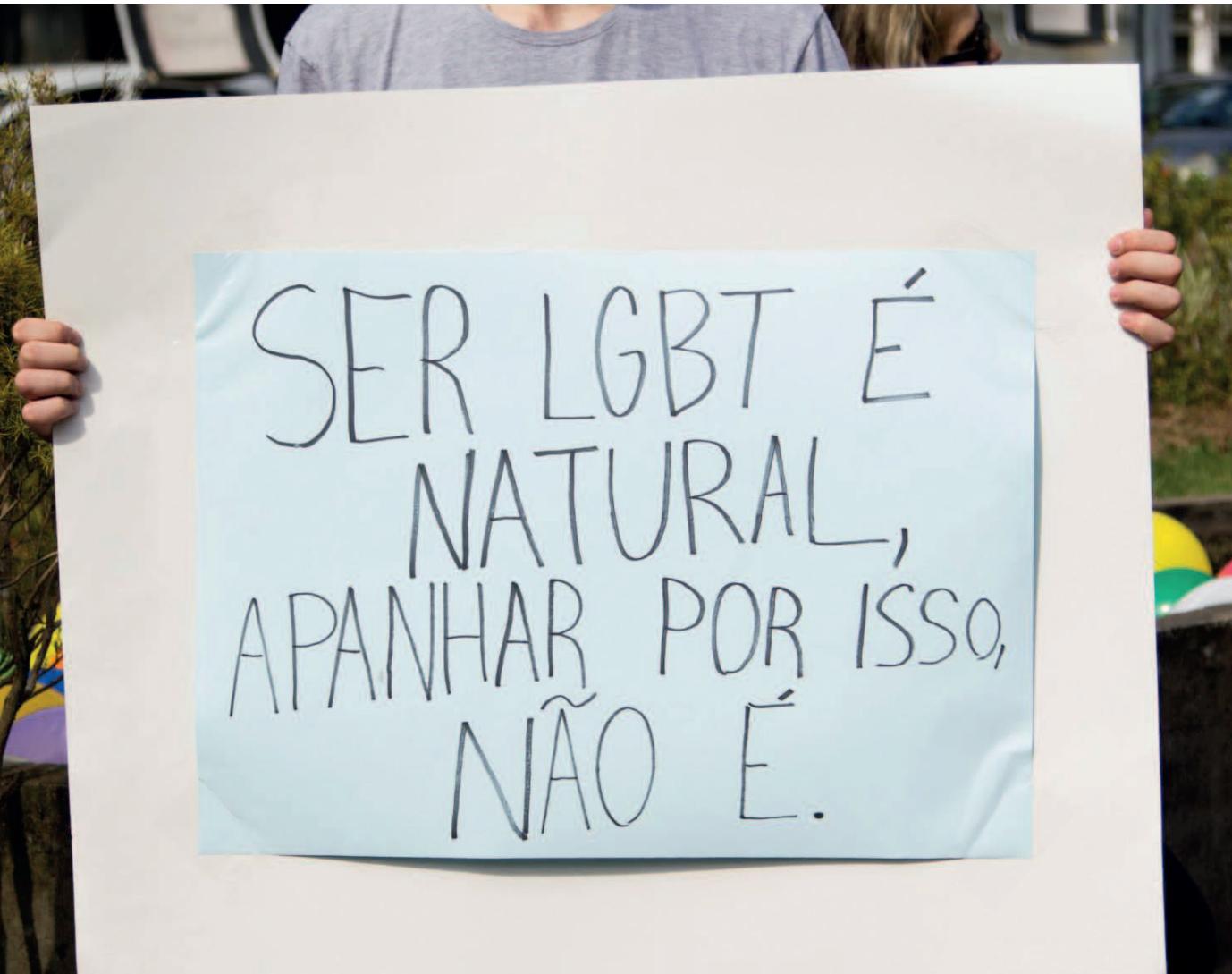


FOTO: SABRINA MARTHENDAL

discriminação e da intolerância, de qualquer matiz, no país livre e democrático que desejamos construir.

Todos sabem que com a promulgação da constituição federal, em 1988, uma nova página na história dos direitos foi escrita com a criação de condições para o aprofundamento das discussões e ampliação das mobilizações sociais. Desde então, diversas ações têm ampliado a discussão dessa temática e possibilitado avanços no reconhecimento da diversidade e da cidadania, reconhecendo o direito a orientação sexual como um direito humano.

Historicamente a população lésbica, gay, bissexual e transgênera sofre o preconceito e a discriminação que se manifesta de diversas formas: ora pela homofobia que se concretiza na violência, seja ela física ou moral, mas sempre limitadora do exercício dos direitos de todos os cidadãos; ora pela negação do reconhecimento à diversidade sexual, quando restrita a uma compreensão binária e naturalizante de gênero, apartando dessa forma todos os cidadãos que vivenciam suas identidades de gênero a partir de uma forma distinta das normas dominantes.

Os movimentos sociais organizados se pautam principalmente na denúncia e no enfrentamento às discriminações e injustiças, buscando reafirmar e garantir os direitos humanos e sociais para os diferentes grupos. A população lgbt também vem se organizando e alcançando visibilidade em vários eventos de repercussão nacional, como também na inclusão do tema nas agendas de representantes do legislativo e de governos sensíveis às questões

baía (ggb), a cada 28 horas uma pessoa morre vítima de preconceito sexual - só no ano passado foram 312 assassinatos no território nacional, números que representam apenas a ponta do iceberg desse quadro de violência e discriminação.

Estamos cansados de enterrar os nossos pares. Estamos cansados de contar os nossos mortos. E como nós acreditamos e temos certeza que, no final, iremos garantir os direitos plenos a população lgbt, e eu, que sou filho de xangô, acredito na sua justiça, tenho certeza que a ditadura fundamentalista não vai se impor nesse país.

Aliás fundamentalismo religioso é uma erva daninha que tem se alastrado nas salas onde decisões importantes em relação aos direitos humanos devem ser tomadas para garantia de direitos.

A igreja não deve dizer o que é crime, assim como o estado não deve dizer o que é pecado. Os direitos humanos valem para todos e todas, ou não valem para ninguém. Não queremos guerra, não queremos destruir a família de ninguém, queremos construir a nossa e da nossa forma, queremos paz e amor ao próximo.

Outra premissa importante é que as políticas públicas devem ter como princípios a garantia da laicidade do estado. Isso significa por exemplo a instalação de coordenadorias, a implantação dos conselhos e a criação dos planos para implantação das políticas, com a garantia de recursos orçamentários, com controle social, transversalidade e equidade de gênero.

Quando falando em avanços merece ser

“

**A igreja não deve dizer o que é crime, assim como o estado não deve dizer o que é pecado. Os direitos humanos valem para todos(as), ou não valem para ninguém. Não queremos guerra, não queremos destruir a família de ninguém, queremos construir a nossa**

# A LUZ DO MOSQUITINHO

POR LAURO EDUARDO BACCA

Ambientalista e biólogo <laurobacca@gmail.com>

Colaboraram Êdela Tereza Werner Bacca, Alexandre Uhlmann, Alexander Vibrans, Beate Frank, Miriam Prochnow e Rosete Pescador)



FOTOS: ARQUIVO

“Eu vou fazer, eu posso, eu sou capaz”, era assim que Lucia Sevegnani enfrentava os desafios ou dificuldades que a vida lhe apresentava, às vezes sofrendo algum revés, mas vencendo sempre. Só não venceu a batalha contra o câncer, perdida no último dia 28, para tristeza e consternação de uma legião de parentes, amigos, admiradores e de inúmeros ex-alunos da Furb que ajudou a formar e que contagiou com sua alegria, curiosidade e determinação.

Numa breve enquete com alguns amigos comuns o que não faltaram foram adjetivos como: exemplar, honesta, correta, dedicada, empolgada, obstinada, corajosa, generosa, educadora, inspiradora, hospitaleira e incansável, mãe amorosa. Era incondicional seu amor pela natureza, sempre achando uma forma de ajudar a trabalhar por alguma causa ambiental e com uma humildade enorme, característica de grandes mestres, sempre dispostos a aprender enquanto ensinam. Tinha profundidade nos argumentos, suas convicções eram fortalezas. Aguerreda defensora dos seus ideais, lutava ardorosamente por tudo o que acreditava ser justo e certo. Tinha compaixão e acreditava no amor e na bondade humana sempre apoiando e estimulando alunos, amigos e tantos que a procuravam.

A paixão com que se dedicava ao trabalho e à defesa da biodiversidade, não embotava o embasamento científico de suas posições pessoais e como presidente da Acaprena em duas ocasiões. Eclética, proferia palestras para públicos absolutamente diversificados e escrevia tanto para publicações ou apresentações em congressos científicos como para crianças. Este foi o caso da coleção de 10 livrinhos infantis “Dona Hárpia ...”, em parceria com Roberto Belli. O livro “Biodiversidade Catarinense”, de 2013, um magnífico projeto inovador junto com Edson Schroeder, é obra fundamental que Lúcia deixou para uso de professores de todos os níveis no Estado.

Com um grupo de pesquisadores aprofundou em livro o estudo das causas do fenômeno e formas de prevenção do desastre climático de 2008. Foi ainda uma das coordenadoras do monumental “Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina”, referência obrigatória na gestão ambiental do Estado.

Ensino médio em Rio do Sul, graduação em Biologia na Furb, mestre em Botânica pela UFRGS e doutora em Ecologia pela USP, tudo começou com as primeiras letras aprendidas no lugarejo Mosquitinho, em Agrônômica, onde nasceu Lúcia – a luz que tanto iluminou e continuará iluminando a todos, com o legado de seu exemplo e de sua obra.



## SOBRE LÚCIA SEVEGNANI

A ambientalista, pesquisadora, ex-presidente da Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena) e ex-professora da FURB Lúcia Sevegnani morreu dia 28 de abril. Aos 56 anos ela lutava contra uma leucemia e não resistiu à doença. Ela estava internada no Hospital Santa Catarina quando faleceu às 19h40min. O sepultamento foi no Cemitério Jardim da Saudade.

Lúcia era doutora em Ecologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Botânica pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRS) e graduada em Ciências Biológicas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Natural de Agrônômica, ela se mudou para Blumenau após completar o Ensino Médio no Alto Vale. Lúcia era amiga pessoal do ambientalista Lauro Bacca desde 1978. Juntos, eles escreveram a história da Ecologia e do Meio Ambiente em Blumenau.



# CURTAS

## BLUMENAU PARTICIPA DO FESTIVAL DE CINEMA FRANCÊS

Blumenau participa mais uma vez do Festival Varilux de Cinema Francês. No período de 10 a 17 de junho, as salas do Arcoplex do Shopping Park Europeu exibem uma seleção com grandes novidades do cinema francês. O Varilux traz para o público brasileiro o filme de abertura do festival de Cannes: De Cabeça Erguida, com Catherine Deneuve e Benoît Magimel. A programação contempla ainda Samba, com o ator Omar Sy e os diretores do aclamado Intocáveis. A expectativa da organização é levar mais de 110 mil pessoas aos cinemas em uma semana para assistir aos 16 filmes em cartaz em todo o país. O festival é promovido na cidade pela Aliança Francesa Blumenau e pela Amil Agência de Cultura. A edição deste ano do evento promete bater vários recordes; além do número de cidades aumentar para 50 (80 cinemas), o festival pretende chegar a todas as capitais brasileiras com os lançamentos do cinema francês.



FOTO: DIVULGAÇÃO

## JORNALISMO DA FURB VENCE CATEGORIA COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO NA INTERCOM SUL

O trabalho O nascimento da Imprensa em Blumenau, da primeira turma do curso de Jornalismo da FURB, venceu a categoria Comunicação e Inovação, na Intercom Sul (Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação), realizada entre os dias 4 e 6 de junho na Univille, em Joinville. O trabalho é fruto das disciplinas de História do Jornalismo, Mídia Regional e Jornalismo Digital. Foi desenvolvido em três meses no primeiro semestre do ano passado com o apoio do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. A pesquisa resultou numa exposição e as informações levantadas foram disponibilizadas num site criado exclusivamente para isso: <http://furbjornalismo.com/> A intenção é facilitar o acesso da comunidade à parte da história até então apenas disponível no arquivo municipal. (Na foto, a coordenadora do curso, Roseméri Laurindo, com alunos na Intercom)

FESTIVAL  
VARILUX  
DE CINEMA  
FRANCÊS  
2015

10A17  
JUNHO

Em todo o Brasil

## 11º FUCCA

Estão abertas as inscrições para as bandas interessadas em participar da 11ª edição do Festival Universitário da Canção, Cultura e Arte (FUCCA). O prazo de inscrição segue até o dia 1º de julho, apenas pelo site oficial do FUCCA. No dia da apresentação ao vivo, a banda/artista vai executar duas músicas próprias e a que tiver a maior nota será usada na classificação geral. O 11º FUCCA ocorre dias 21 e 22 de agosto, no Parque Vila Germânica, em Blumenau. O evento é organizado pelo DCE da FURB com a produção da BOX Produtora.

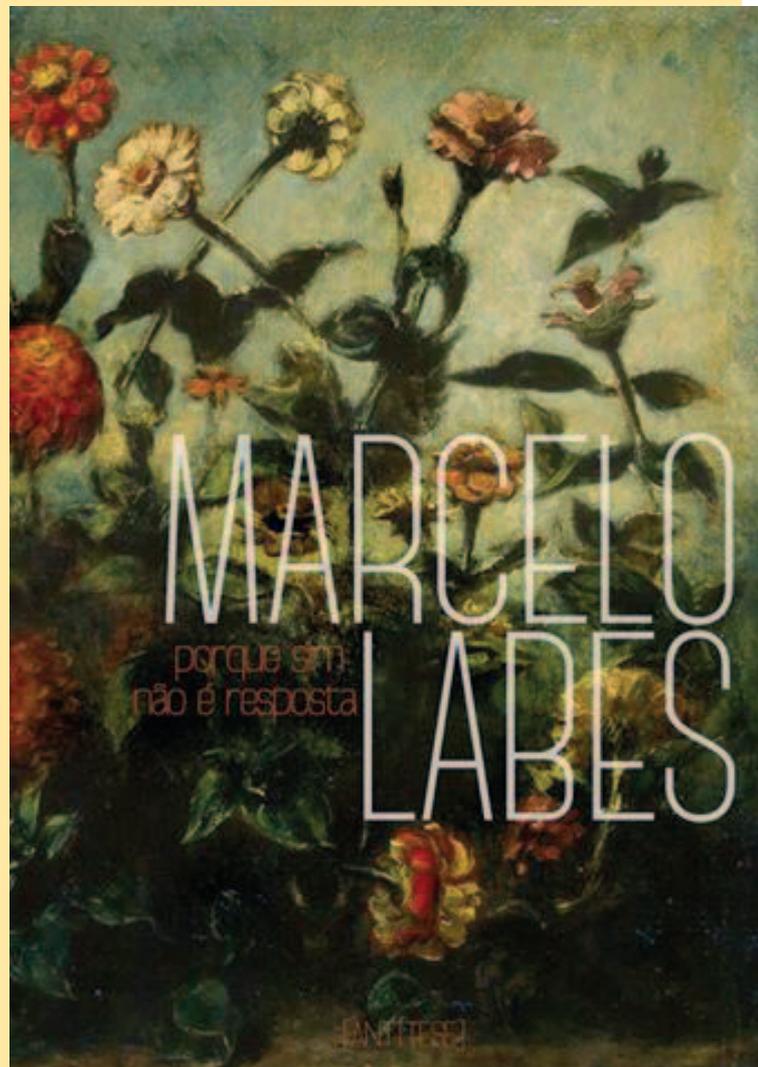
## TOCANDO CORAÇÕES

Os alunos do 3º semestre do curso de Tecnologia em Marketing da FURB fazem ação para arrecadar 30 violões para Escola Vereador Paulo Reis, em Itapema. O projeto "Tocando Corações" surgiu através de uma visita do coordenador do curso à escola, que oferece aulas de música, mas conta com uma dinâmica de ensino um pouco diferente, pois os alunos não têm condições de comprar o instrumento. Para mais informações sobre o projeto e maneiras de ajudar acesse: [www.tocandocoracoes.com.br](http://www.tocandocoracoes.com.br)

## ESTUDANTE DA FURB LANÇA LIVRO DE POEMAS

Além da Feira do Livro em parceria entre o SESC e a Fundação Cultural de Blumenau, o mês de maio também foi marcado por outra novidade literária na cidade. O escritor Marcelo Labes, estudante do curso de Ciências Sociais da FURB, lançou

Porque sim não é resposta, livro de um poema só. A obra reúne apenas respostas, embora não fique realmente claro a que perguntas responde. No entanto, o autor pretendeu responder a estas indagações oblíquas, obtusas, como se somente a partir disso pudesse encontrar os questionamentos que não somente a ele, mas também aos seus, aos de seu redor, àqueles todos que respondem à angústia de existir podem fazer algum sentido. Porque sim não é resposta é um livro rápido, mas deve ser lido com calma: há mais ali do que aparente à primeira vista. Segundo o autor, fará mais sentido se for lido no outono, estação em que foi escrito, onde o cinza dos dias acaba por colorir aquelas linhas quase tortas. "Porque sim surgiu por acidente, estava encasquetado com umas questões, mas as perguntas eram muito antigas já, e decidi listar somente as respostas. De repente, já não importavam as perguntas e eu continuei respondendo perguntas que nem existiam. Assim ele foi adiante até a hora em que comecei a me perguntar a respeito do porquê de estar escrevendo aquilo. Daí chegou a hora de encerrar a trajetória da escrita", comenta o autor. Escrito no outono de 2014, somente agora - e tão orgulhosamente - recebe esta edição física, que sai pela Antítese. Este é o segundo livro do autor, o primeiro é Falações, de 2008.



# PELO AUMENTO DA MAIORIDADE PENAL

Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal de 18 para 16 anos, criada em 2011, conta com apoio de mais de 200 deputados. A proposta não resolve a delinquência juvenil, na opinião de especialistas

*POR RICARDO SCHERS*

**Professor da FURB, psicólogo, artista, pedagogo, especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, mestre em Educação e em Psicologia e doutor em Educação <ricardoschergoes@gmail.com>**

**N**ão há nenhuma base teórica qualificada ou evidência empírica plausível que sustente a redução da maioridade penal. E mesmo essa medida sendo criticada por diversos especialistas das áreas de Ciências Exatas, Humanas e Biológicas, ainda há no Congresso Brasileiro uma Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal, que foi criada em 2011 e conta com o apoio de mais de 200 deputados. A proposta de Emenda Constitucional que pretende reduzir a maioridade penal é de autoria do senador tucano Aloysio Nunes, que assim como os outros deputados desta Frente Parlamentar e mais uma parcela da população brasileira e da imprensa, ou estão mal-intencionados ou estão ignorantes em relação ao tema, que envolve questões jurídicas, psicológicas, educacionais, sociais e de outras áreas. Para ignorância, basta educação e esclarecimento, já para má intenção há luta política.

Neste texto, eu não vou discutir qualidade de vida, distribuição de renda, condições de acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade, saúde, saneamento básico, lazer, etc., pois mesmo que tudo isso tenha alguma interferência nas possibilidades de aumento ou redução de criminalidade (e tem), em todos os casos é injustificável a redução da maioridade penal como solução para o problema da criminalidade. Além disso, também não vou tratar da inconstitucionalidade desta proposta, outro problema que também existe, já que neste ponto sobra demagogia e falta viabilidade constitucional.

Assim sendo, eu vou apenas apresentar alguns fatos sobre a questão da idade e responsabilidade penal, o que já serve para desconstruir esta mentira que redução da maioridade penal serviria para redução da criminalidade ou qualquer melhoria na qualidade de vida da população. E mais, neste texto eu defendo que se mexer na maioridade penal servisse para algo, então, deveremos lutar pelo aumento da maioridade penal. Na sequência do texto, eu explico o motivo.

No Brasil, a partir dos 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra a lei. Essa responsabilização é executada por meio de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas medidas, chamadas de medidas socioeducativas, são seis: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Recomenda-se que a medida seja aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração. E que a medida socioeducativa sirva para educar e formar esse indivíduo para sua reinserção na sociedade.

Porém, muitos que são privados de sua liberdade, não ficam em instituições preparadas para sua reeducação, mas em locais que reproduzem o ambiente de uma prisão comum, logo, novamente o problema não é da idade, mas do Estado que não cumpre o que deve ser feito, não garantindo o direito de todos e todas, ainda mais, no sistema prisional brasileiro, que não suporta mais pessoas, tem sua estrutura falida e sistema fracassado. Reduzir a maioridade em nada resolve esse problema.

E não podemos cair em falsas simetrias, por exemplo: “tem 16 anos e pode votar, mas não pode ser preso.” Sim, pode votar e não pode ser preso, pois isso são coisas muito diferentes, portanto, algo que valer para um caso não implica que deve valer para todos. Devemos ter cuidado com falas preconceituosas para tentar justificar o insustentável, por exemplo: “ah, os adolescentes já podem ser mães/pais, trabalhar, fumar, beber, se drogar e matar, logo, tem que ter responsabilidades e pagar pelos atos”. Essa fala, entre outros exemplos deste tipo, a meu ver reforça a tese de que o que deve ser feito é em relação à Educação, saúde, alimentação, saneamento básico, etc. para que crianças não sejam

vítimas das violências sociais. Novamente, a redução da maioridade penal em nada contribui para a solução desse problema, pois apenas ajuda o Estado a se isentar de prover direitos e apenas tratar de punição.

No imaginário brasileiro difundiu-se equivocadamente a ideia de que “o de menor” não se sujeita a praticamente nenhuma medida repressiva, o que não é correto, pois o próprio ECA prevê providências sócioeducativas contra o infrator (como já foi citado no início do texto) e a internação é uma das medidas possíveis, nada mais é do que



uma espécie de prisão. A lei concebe a privação da liberdade quando se apresenta absolutamente necessária.

No entanto, em função de crianças e adolescentes estarem em desenvolvimento e amadurecimento físico, psicológico, social, etc, esses devem ser submetidos a medidas profiláticas que mantenham o convívio social e familiar. Dados do IPEA e do Ministério da Justiça apresentam que os crimes praticados por maiores de 18 anos representam mais de 90% do total de crimes cometidos, portanto, as crianças e os adolescentes estariam praticando 10% das infrações, sendo que as situações do atendimento dessas crianças e adolescentes são tanto em medidas socioeducativas quanto em privação de liberdade (com foco educativo).

O que leva a dizer que imputabilidade não é sinônimo de impunidade, já que as medidas socioeducativas têm natureza e finalidades diferentes das penas previstas pelo código penal, pois pretendem garantir a manutenção do vínculo familiar associada ao caráter pedagógico apropriado a cada medida.

A maioria dos “de menor” que cometem atos infracionais encontra-se ainda em fase de formação, socialização ou instrução, logo, o processo de “reajustamento” do infrator deve ser submetido à Educação, ainda que em unidade socioeducativa ou internamento, mas não à pena criminal dentro de uma prisão. Infelizmente é mais fácil construir presídios do que escolas. E punir não é educar. Educação é fundamental para cidadania.

Portanto, diante da barbárie e da violência que assola o Brasil, resta uma única opção verdadeiramente humana: o aumento da maioridade penal – garantindo-se, para isso, a qualidade das medidas socioeducativas. E como disse Hebert de Souza: “Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou



# LADO B

## O ESPÍRITO DE LÚCIA

No final de abril perdemos nossa querida Lúcia Sevegnani. Sua morte gerou uma forte comoção na FURB e junto à opinião pública. Afinal, a Professora Lúcia não era somente uma grande educadora, mas também uma pesquisadora de repercussão internacional. Além disso, possuía um importante trabalho de extensão e um longo ativismo ambiental. Por isso, a homenagem de despedida reuniu alunos e professores, trabalhadores e empresários, agricultores e ambientalistas, lideranças... Sua inteligência, carisma e compromisso farão muita falta para FURB e Vale do Itajaí.

A Professora Lúcia fazia parte de uma geração especial de professores da FURB. Entre eles podemos destacar Beate Frank, Lauro Bacca, Sueli Petry, Inês Pizzolatto, Pedro Paulo Willhelm, Juarez Almond, Vilmar Vidor, Noemia Bohn, José Endoença Martins.... Esses professores transformam a FURB numa universidade e a universidade num vetor de desenvolvimento regional. Cada um a sua própria maneira dignificou a atividade acadêmica e tornou a comunidade do Vale do Itajaí melhor. É que nesta geração de furbianos os papéis de professor, pesquisador e cidadão se misturavam.

Para entender a importância desses professores e aprendermos com o exemplo da professora Lúcia, é preciso considerar as transformações da atividade científica na FURB e as suas relações com a comunidade do Vale do Itajaí. Esses professores foram pioneiros na realização e institucionalização das atividades científicas na região, mas também mostraram para a comunidade a importância da universidade no desenvolvimento. Nesse sentido, as atividades de pesquisa na FURB podem ser divididas em duas fases: 1) Fase de Implantação (1973-1991); 2) Fase de Consolidação (1991-2014).

A Fase de Implantação inicia com a criação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (1973) e se estende até a criação do Mestrado em Educação (1991). Neste período as atividades de pesquisa se concentram nos institutos de pesquisa (IPT, IPS e IPA). Sua finalidade era traduzir os problemas regionais em questões de pesquisa científica. Por isso, os institutos reuniam diversos tipos de especialistas. O perfil dos grupos de pesquisa era multidisciplinar e com baixa titulação acadêmica. O propósito da pesquisa era resolver problemas regionais e pode ser ilustrado pelo Projeto Crise.

A partir da década de noventa tem início a Fase de Consolidação (1991-2014). Neste período a atividade de pesquisa vai se deslocando progressivamente para os programas de pós-graduação. Os professores vão deixando a pesquisa aplicada (resolução de problemas regionais) e se concentrando na pesquisa básica (publicação de artigos). Este processo reflete, por um lado, a transformação do caráter jurídico da FURB numa instituição pública. Mas também, por outro lado, o aumento do con-

trole burocrático e dos estímulos da atividade científica efetuado pelo CNPq/CAPES.

A diferença entre essas duas modalidades de pesquisa pode ser ilustrada por meio de um contraste entre essas duas gerações. Antes a pesquisa da FURB estava em todos os lugares: estava na produção de peixe (FUNPI-VI), estava na gestão dos desastres (CEOPS), estava na ACIB (Índice de Preços), estava na proteção do meio ambiente (Parque Nacional da Serra do Itajaí); agora a pesquisa da FURB está somente dentro da comunidade científica: nas revistas *Qualis A*, nos congressos internacionais, nas teses e dissertações, no *Lattes* individual.

Por que as publicações aumentaram, mas a aplicação diminuiu? Essa mudança reflete duas transformações que se influenciam mutuamente. Por um lado, verifica-se um processo de integração dos pesquisadores e da pesquisa realizada na FURB a comunidade científica brasileira; por outro, um processo de reestruturação produtiva do setor têxtil na região do Vale do Itajaí. O efeito combinado desse processo foi paradoxal: aumentamos a excelência do conhecimento produzido na FURB, mas diminuímos o acesso da comunidade regional a esse conhecimento.

Este paradoxo é reflexo das anomalias do produtivismo. A ênfase na quantidade em detrimento da qualidade como critério de avaliação da atividade científica. Ou seja, a criação de dispositivos de incentivo a competição entre universidades, programas de pós-graduação, docentes-pesquisadores e, pasme, até discentes. Neste contexto, a publicação de artigos se tornou um fim em si mesmo, conhecidos como junk papers. Dito de outra forma: na universidade acabamos estabelecendo uma equivalência indevida entre produção de artigos e produção de conhecimento.

Ocorre que a Crise do FIES põe em risco o sentido de continuidade desse padrão organizacional da pesquisa na FURB. A dependência do orçamento de 35% do FIES nos obriga a refletir sobre a capacidade das atividades de graduação financiarem a pós-graduação. As atividades de pesquisa tem dois efeitos principais sobre o ensino: 1) retira os professores mais qualificados da sala de aula; 2) pressiona o banco de horas atividades dos departamentos. Isto significa que a pesquisa na FURB verticalizou suas atividades, mas a base de financiamento continua a mesma.

Não podemos retornar ao passado, mas devemos aprender com ele. Para a FURB superar a Crise do FIES e fortalecermos a pesquisa é preciso retomar o protagonismo regional. Isto significa que precisamos nos reaproximar da comunidade. Existem muitas formas de se fazer isso, mas no caso da pesquisa não custa repetir: uma forma possível seria a criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Este conselho seria uma câmara que colocaria em contato a universidade e a sociedade. Um instrumento de captação e canalização de demandas sociais.

Mais que ninguém a professora Lúcia encarnou aquele espírito de inovação furbiano. Para a professora Lúcia não existia fronteira nítida entre a universidade e a sociedade. Por isso a professora Lúcia sempre tentou levar a universidade para a sociedade e trazer a sociedade para a universidade. É que para a professora Lúcia ser um bom pesquisador era levar o conhecimento para a sociedade aprender com ela. Por isso, tenho certeza que a professora Lúcia concordaria que ser um pesquisador produtivo não é ser um pesquisador pontuador.

No momento em que a FURB discute a política de pesquisa devemos olhar para o exemplo da professora Lúcia. Devemos ter presente em nossas atividades de pesquisa que publicar é necessário, mas não suficiente para entregar o conhecimento científico à sociedade. Afinal, todos nós

sabemos que o desenvolvimento científico está muito aquém do que a sociedade precisa. Numa época tão apressada, mesquinha, simplista e covarde a professora Lúcia fará muita falta. Por isso, uma forma de homenagear a professora Lúcia é manter seu espírito vivo na produção do conhecimento na FURB.

“

**No momento em que a FURB discute a política de pesquisa devemos olhar para o exemplo da professora Lúcia. Devemos ter presente em nossas atividades de pesquisa que publicar é necessário, mas não suficiente para entregar o conhecimento científico à sociedade. Afinal, todos nós sabemos que o desenvolvimento científico está muito aquém do que a sociedade precisa. Numa época tão apressada, mesquinha, simplista e covarde a professora Lúcia fará muita falta.**